



ABRIL INDÍGENA DA JUSTIÇA ELEITORAL

PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS NA BIBLIOTECA DIGITAL
DA JUSTIÇA ELEITORAL (BDJE)
2ª EDIÇÃO

Brasília
TSE
2024



© 2024 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento

SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar

Brasília/DF – 70095-901

Telefone: (61) 3030-9225

Secretário-Geral da Presidência

Cleso José da Fonseca Filho

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal

Rogério Augusto Viana Galloro

Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento

Cleber Schumann

Coordenador de Editoração e Publicações

Washington Luiz de Oliveira

Coordenação e pesquisa

Seção de Biblioteca Digital (SEBBD/CBLEM/SGIC)

Capa e projeto gráfico

Maykon Yamamoto

Seção de Editoração e Programação Visual (Sepro/Cedip/SGIC)

Diagramação

Leila Gomes

Seção de Editoração e Programação Visual (Sepro/Cedip/SGIC)

Conferência

Mariana Lopes

Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)

Impressão e acabamento

Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Cedip/SGIC)

Presidente

Ministro Alexandre de Moraes

Vice-Presidente

Ministra Cármen Lúcia

Ministros

Ministro Nunes Marques

Ministro Raul Araújo

Ministra Isabel Gallotti

Ministro Floriano de Azevedo Marques

Ministro Ramos Tavares

Procurador-Geral Eleitoral

Paulo Gonet Branco



PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA JUSTIÇA ELEITORAL (BDJE) 2ª EDIÇÃO



Sociedade junto ao Estado: política indígena, voto e eleições



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

RUFINO, Marcos Pereira | 2023

Resumo

“Explora a ampla gama de situações enfrentadas pelos indígenas do Brasil, da Colômbia, do Peru, da Argentina, do México e do Equador na tentativa de penetrar as estruturas políticas de representação não indígenas - especialmente os processos eleitorais no âmbito municipal. A grande maioria dos trabalhos é de natureza etnográfica e alguns outros se apoiam na análise estatística de dados eleitorais e no diálogo com as teorias do voto e processos eleitorais. Ao longo da obra, os vários autores elencam os principais obstáculos e dificuldades que devem ser superados por essa forma de política indígena, exploram o diálogo com uma incipiente antropologia voltada ao estudo do voto, das eleições e dos partidos políticos e, por fim, destacam a importância de uma perspectiva multidisciplinar no estudo do fenômeno”.



Inclusão sociopolítica dos povos indígenas do Tocantins: povo Akwe Xerente



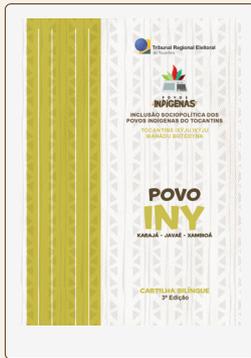
Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (TO) | 2022

Resumo

“Editada na língua indígena Xerente, a Cartilha oferece ao eleitor indígena importantes informações que vão ajudá-lo a entender melhor o processo eleitoral para dele participar de forma mais efetiva, buscando melhorar a vida de sua comunidade. Nesta 3ª edição, o TRE-TO buscou atender as sugestões dos representantes das comunidades indígenas em relação ao conteúdo da Cartilha. As noções básicas sobre voto, candidaturas, campanha eleitoral, segurança das eleições, prestação de contas dos partidos políticos e diplomação dos eleitos são explicadas em linguagem simples e didática, permitindo uma melhor compreensão da temática. Essa Cartilha é mais uma ação da Justiça Eleitoral do Tocantins que visa fortalecer a Democracia, com o respeito aos direitos fundamentais e inclusão das minorias para a construção de uma sociedade fraterna, justa e solidária, na qual todos têm a liberdade de escolher seus representantes de forma livre, igual e consciente”





Inclusão sociopolítica dos povos indígenas do Tocantins: povo Iny Karajá Javaé Xambioá

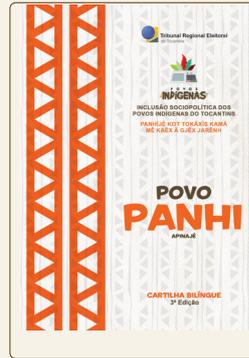


Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (TO) | 2022

Resumo

“Editada na língua indígena Karajá, a Cartilha oferece ao eleitor indígena importantes informações que vão ajudá-lo a entender melhor o processo eleitoral para dele participar de forma mais efetiva, buscando melhorar a vida de sua comunidade. Nesta 3ª edição, o TRE-TO buscou atender as sugestões dos representantes das comunidades indígenas em relação ao conteúdo da Cartilha. As noções básicas sobre voto, candidaturas, campanha eleitoral, segurança das eleições, prestação de contas dos partidos políticos e diplomação dos eleitos são explicadas em linguagem simples e didática, permitindo uma melhor compreensão da temática. Essa Cartilha é mais uma ação da Justiça Eleitoral do Tocantins que visa fortalecer a Democracia, com o respeito aos direitos fundamentais e inclusão das minorias para a construção de uma sociedade fraterna, justa e solidária, na qual todos têm a liberdade de escolher seus representantes de forma livre, igual e consciente.”



Inclusão sociopolítica dos povos indígenas do Tocantins: povo Panhi Apinajé



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (TO) | 2022

Resumo

“Editada na língua indígena Apinajé, a Cartilha oferece ao eleitor indígena importantes informações que vão ajudá-lo a entender melhor o processo eleitoral para dele participar de forma mais efetiva, buscando melhorar a vida de sua comunidade. Nesta 3ª edição, o TRE-TO buscou atender as sugestões dos representantes das comunidades indígenas em relação ao conteúdo da Cartilha. As noções básicas sobre voto, candidaturas, campanha eleitoral, segurança das eleições, prestação de contas dos partidos políticos e diplomação dos eleitos são explicadas em linguagem simples e didática, permitindo uma melhor compreensão da temática. Essa Cartilha é mais uma ação da Justiça Eleitoral do Tocantins que visa fortalecer a Democracia, com o respeito aos direitos fundamentais e inclusão das minorias para a construção de uma sociedade fraterna, justa e solidária, na qual todos têm a liberdade de escolher seus representantes de forma livre, igual e consciente.”



Inclusão sociopolítica dos povos indígenas do Tocantins: povo Mehi Krahô



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (TO) | 2022

Resumo

“Editada na língua indígena Krahô, a Cartilha oferece ao eleitor indígena importantes informações que vão ajudá-lo a entender melhor o processo eleitoral para dele participar de forma mais efetiva, buscando melhorar a vida de sua comunidade. Nesta 3ª edição, o TRE-TO buscou atender as sugestões dos representantes das comunidades indígenas em relação ao conteúdo da Cartilha. As noções básicas sobre voto, candidaturas, campanha eleitoral, segurança das eleições, prestação de contas dos partidos políticos e diplomação dos eleitos são explicadas em linguagem simples e didática, permitindo uma melhor compreensão da temática. Essa Cartilha é mais uma ação da Justiça Eleitoral do Tocantins que visa fortalecer a Democracia, com o respeito aos direitos fundamentais e inclusão das minorias para a construção de uma sociedade fraterna, justa e solidária, na qual todos têm a liberdade de escolher seus representantes de forma livre, igual e consciente.”





Indígenas e processos eleitorais no século XXI



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro de 2022



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

BANIWA, Gersem | 2022

Resumo

“Apresenta uma síntese dos trabalhos desenvolvidos, como membros do Grupo Revisor do relatório do projeto de Sistematização das Normas Eleitorais – Fase II, em 2021, vinculado ao Eixo Temático VII, sobre a participação feminina, de jovens, de negros, de indígenas, de pessoas com deficiência e de presos, cuja função era verificar e elaborar estudos sobre o Relatório Final do referido eixo temático, sob a coordenação do TSE. Esse Projeto de Promoção de Estudos Integrados sobre os Relatórios da Sistematização das Normas Eleitorais no âmbito do TSE é uma tentativa de avançar na garantia da participação de todos os cidadãos e todas as cidadãs, inclusive indígenas nas suas diversidades e coletividades, na construção e no exercício da democracia brasileira, por meio da participação consciente, protagônica, livre, autônoma, qualificada e adequada nos processos eleitorais.

Os estudos, as pesquisas e as escutas realizadas possibilitaram a sistematização de algumas propostas extremamente importantes que podem garantir, ampliar e, sobretudo qualificar a efetiva participação dos cidadãos brasileiros e das cidadãs brasileiras indígenas, individual e coletivamente dos processos democráticos eleitorais e da vida democrática do país, no sentido mais amplo. De modo geral, experiências vividas indicam claras preocupações e limitações operacionais, funcionais e conjunturais impostas aos povos indígenas no tocante aos seus legítimos projetos, às suas estratégias e aos direitos de participação em processos eleitorais”.

VERDUM, Ricardo (org.) | PAULA, Luis Roberto de (org.) | LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.) | 2022

Resumo

“Essa publicação busca contribuir para o entendimento do conjunto de tramas de silenciamento e manipulação que marcaram a atividade no plano da política representativa dos povos indígenas nas últimas três décadas e refletir sobre as mudanças que possibilitaram uma virada de chave nos pleitos mais recentes. Destaca, sobretudo, a atitude das organizações indígenas, lideranças locais e da população em geral que possibilitou alguns resultados expressivos. Possivelmente, é um processo que ainda vai mostrar muitos resultados num futuro próximo. São reflexões importantes de pesquisadoras/es que vêm se dedicando aos estudos deste tema e têm importantes colocações a fazer. Os textos aqui reunidos seguem numa direção (auto)etnográfica, mas focam nas experiências de mandatos ou campanhas de indígenas, combinando textos de autoras/es indígenas e não indígenas e abordagens mais gerais da participação indígena no pleito de 2022 e dos mecanismos institucionais para tanto em perspectiva nacional. Destacamos a importância de estudar a participação de indígenas nos processos eleitorais como uma transformação social em curso, sem conceitos estabelecidos ou referenciais teóricos basilares. Os textos apontam para o futuro analisando um presente em curso, buscando de forma muito nítida avançar na compreensão desses processos para que movimentos de ruptura de processos de dominação e subjugamento ganhem força e que possamos caminhar de forma mais efetiva para novos cenários políticos, sociais e epistemológicos. Há aqui uma agenda para a pesquisa e a intervenção qualificada com um largo escopo de trabalho a ser enfrentado”.



PARTIDOS POLÍTICOS E INCLUSÃO: CANDIDATURAS COLETIVAS, NEGROS, MULHERES E INDÍGENAS

Carla Machado*
Bárbara Lopes Campos*
Ana Carolina Vaz*
Cristiano Rodrigues*

Resumo: Neste capítulo, abordaremos aspectos relacionados às normas eleitorais que garantem relevância para a inclusão de grupos excluídos ou com restrições significativas quanto ao acesso à representação política. Nosso foco, neste caso, são os aspectos que se relacionam às candidaturas coletivas, às candidaturas individuais, às candidaturas de mulheres e pessoas negras e à relação entre partidos políticos e candidaturas indígenas. Entendemos a importância de mobilizar uma discussão específica sobre os três aspectos citados e a legislação sobre partidos políticos em sua organização. Da mesma forma, trataremos de refletir sobre o grau de autonomia partidária e em que medida ela deve ser compreendida como um princípio absoluto.

Abstract: In this chapter, we will address aspects related to electoral norms that are relevant to the inclusion of excluded groups or groups with significant restrictions regarding access to political representation. Thus, we will focus on those aspects (a) the relevance and challenges of collective candidatures (b) public franchise of women and afro-descendants, and (c) the relationship between political parties and indigenous candidatures. We understand the importance of mobilizing a specific discussion on the three aspects raised and the legislation on political parties and their organization. In the same way, we intend to reflect on the degree of party autonomy and the extent to which it should be understood as an absolute principle.

Palavras-chave: candidaturas coletivas; mulheres negras; manifestos abertos; financiamento público; candidaturas indígenas.

*Neste capítulo, abordaremos aspectos relacionados às normas eleitorais que garantem relevância para a inclusão de grupos excluídos ou com restrições significativas quanto ao acesso à representação política. Nosso foco, neste caso, são os aspectos que se relacionam às candidaturas coletivas, às candidaturas individuais, às candidaturas de mulheres e pessoas negras e à relação entre partidos políticos e candidaturas indígenas.

*Resumo em inglês do capítulo de Carla Machado, Bárbara Lopes Campos, Ana Carolina Vaz e Cristiano Rodrigues.

Tradução em inglês para o periódico Federal de Direito Eleitoral do TSE

Tradução em inglês do TSE

Partidos políticos e inclusão: candidaturas coletivas, negros, mulheres e indígenas



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

A função social da língua natural indígena: de sujeitos eleitores a atores sociais no processo eleitoral

Aparecida Luzia Alzira Zain*
Luciana Panke*
Marcelo Xavier da Silva*

Resumo: Este artigo discute a função social da língua natural indígena no processo eleitoral, analisando o papel dos sujeitos eleitores e atores sociais. O texto aborda a importância da língua indígena na construção da identidade política e na participação cidadã. O estudo é baseado em pesquisas qualitativas realizadas com membros de comunidades indígenas em diferentes estados brasileiros. Os resultados indicam que a língua indígena desempenha um papel fundamental na formação da consciência política e na mobilização para a participação eleitoral. Além disso, a língua indígena é vista como um instrumento de resistência cultural e política.

Abstract: This article discusses the social function of the natural indigenous language in the electoral process, analyzing the role of voters and social actors. The text addresses the importance of the indigenous language in the construction of political identity and civic participation. The study is based on qualitative research conducted with members of indigenous communities in different Brazilian states. The results indicate that the indigenous language plays a fundamental role in the formation of political consciousness and mobilization for electoral participation. In addition, the indigenous language is seen as a tool of cultural and political resistance.

Palavras-chave: língua indígena; processo eleitoral; sujeitos eleitores; atores sociais; participação cidadã.

*Este artigo discute a função social da língua natural indígena no processo eleitoral, analisando o papel dos sujeitos eleitores e atores sociais. O texto aborda a importância da língua indígena na construção da identidade política e na participação cidadã. O estudo é baseado em pesquisas qualitativas realizadas com membros de comunidades indígenas em diferentes estados brasileiros. Os resultados indicam que a língua indígena desempenha um papel fundamental na formação da consciência política e na mobilização para a participação eleitoral. Além disso, a língua indígena é vista como um instrumento de resistência cultural e política.

*Resumo em inglês do capítulo de Aparecida Luzia Alzira Zain, Luciana Panke e Marcelo Xavier da Silva.

Tradução em inglês do TSE

A função social da língua natural indígena: de sujeitos eleitores a atores sociais no processo eleitoral



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

MACHADO, Carlos; CAMPOS, Bárbara Lopes; VAZ, Ana Carolina; RODRIGUES, Cristiano | 2022

Resumo

“Abordaremos aspectos relacionados às normas eleitorais que guardam relevância para a inclusão de grupos excluídos ou com restrições significativas quanto ao acesso à representação política. Dessa forma, iremos focar em três aspectos: (a) os avanços e os desafios das candidaturas coletivas; (b) o financiamento público de mulheres e pessoas negras; e (c) a relação entre partidos políticos e candidaturas indígenas. Entendemos a importância de mobilizar uma discussão específica sobre os três aspectos suscitados e a legislação sobre partidos políticos e sua organização. Em todas essas discussões, pesa a necessidade de refletir sobre o grau de autonomia partidária e em que medida ela deve ser compreendida como um princípio absoluto”.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira | PANKE, Luciana | SILVA, Marcelo Xavier da | 2021

Resumo

“O objetivo deste artigo é apresentar uma síntese dos estudos realizados durante a revisão do Eixo 3: Propaganda Eleitoral e Temas Correlatos, Tema 1 - Conceitos e Princípios (tema transversal). O problema que protagonizou os nossos estudos, ao longo dos trabalhos, foi como a Sistematização das Normas Eleitorais (SNE) pode conduzir à estruturação das normas para que a propaganda eleitoral seja visibilizada e, portanto, mais acessível a todas as camadas da população. Dentre as questões, este capítulo enfatiza que o papel das línguas naturais dos povos nativos seja estimulado na propaganda eleitoral a fim de que ocorra a efetivação dos direitos à diferença, seja pelos(as) candidatos(as) indígenas ao pleito, seja por eleitores(as) indígenas. Assim, são trazidas partes do relatório entregues ao Eixo 3 e apresentados os principais conceitos e proposições de alterações e sugestões de atualização da linguagem da propaganda eleitoral – um quadro conceitual sobre a propaganda eleitoral e o direito às visibilidades para todas as candidaturas. A abordagem metodológica empregada na pesquisa é qualitativa, descritiva e exploratória, com os procedimentos bibliográfico e documental”.

POVOS INDÍGENAS, ELEIÇÕES E RACISMO

Jane Felipe Beltrão*

Resumo: Discute-se a participação de povos indígenas em processos eleitorais, no Brasil, a partir de depoimentos e entrevistas com membros de comunidades indígenas em diferentes estados brasileiros. O estudo analisa a importância da língua indígena na construção da identidade política e na participação cidadã. O texto aborda a importância da língua indígena na formação da consciência política e na mobilização para a participação eleitoral. Além disso, a língua indígena é vista como um instrumento de resistência cultural e política.

Abstract: This article discusses the participation of indigenous peoples in electoral processes in Brazil, based on testimonies and interviews with members of indigenous communities in different Brazilian states. The study analyzes the importance of the indigenous language in the construction of political identity and civic participation. The text addresses the importance of the indigenous language in the formation of political consciousness and mobilization for electoral participation. In addition, the indigenous language is seen as a tool of cultural and political resistance.

Palavras-chave: Povos indígenas; eleições; racismo; "maldição".

1. A voz na floresta

A participação de povos indígenas em eleições locais e nacionais no Brasil sempre foi um processo bastante difícil, pois envolveu a possibilidade de considerar os povos indígenas como cidadãos e de garantir o acesso de cidadãos aos benefícios da democracia eleitoral.

Primeiro, demonstrar as bases jurídicas utilizadas ao estabelecer o conceito de indígena e garantir o reconhecimento da cidadania política por meio de mecanismos jurídicos de inclusão social. Posteriormente, em 1982 e 1987, para discutir as demandas que emergem da Constituição de 1988, o artigo discute a importância da língua indígena na construção da identidade política e na participação cidadã. O texto aborda a importância da língua indígena na formação da consciência política e na mobilização para a participação eleitoral. Além disso, a língua indígena é vista como um instrumento de resistência cultural e política.

*Este artigo discute a participação de povos indígenas em processos eleitorais, no Brasil, a partir de depoimentos e entrevistas com membros de comunidades indígenas em diferentes estados brasileiros. O estudo analisa a importância da língua indígena na construção da identidade política e na participação cidadã. O texto aborda a importância da língua indígena na formação da consciência política e na mobilização para a participação eleitoral. Além disso, a língua indígena é vista como um instrumento de resistência cultural e política.

*Resumo em inglês do capítulo de Jane Felipe Beltrão.

Tradução em inglês do TSE

Povos indígenas, eleições e racismo



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

BELTRÃO, Jane Felipe | 2022

Resumo

“Discute-se a participação de povos indígenas em processos eleitorais, no Brasil, a partir de interlocutores(as) indígenas que, como candidatos(as) a cargos no Legislativo e no Executivo, eleitores(as) e lideranças, pronunciaram-se por intermédio de depoimentos gravados e/ou em reuniões virtuais realizadas para discutir o tema, entre janeiro e abril de 2021. Conteúdo com dez depoimentos e dois debates abertos, e, em ambos os procedimentos, a interrogação para gerar as narrativas e o debate foi acerca da maneira como a participação de indígenas é vista nos processos eleitorais. As narrativas obtidas são permeadas pelo racismo que se faz presente entre nós e que discrimina os povos indígenas, especialmente por ocasião das eleições. Considerei, ainda, que a situação é histórica, e busquei documentos que contemplassem fatos pretéritos. Encontrei-os no Relatório Figueiredo, que contém registros os quais referem disputas por eleitores indígenas, compra de votos e certa “maldição” dos partidos políticos, resultando, algumas vezes, em compra de votos, com envolvimento dos servidores do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil”.





O sistema político brasileiro desde a perspectiva da inclusão: conquistas e desafios



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

SANTANO, Ana Claudia | MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos | 2021

Resumo

“Como em outros países latino-americanos, o Brasil ainda tem muitos desafios no que se refere à democracia e um dos principais é a inclusão de grupos tidos como minoritários na esfera política. Nos últimos anos, estes grupos vêm pressionando por soluções que traduzam a grande diversidade que há na sociedade para o sistema político, forçando uma ampliação do debate público em torno do tema. Contudo, ainda se percebe um ambiente político que resiste às mudanças. As reformas políticas empreendidas no país parecem dissociadas do objetivo de melhora da qualidade democrática e da representação política da cidadania, centrando-se, não raras vezes, em razões pontuais, marginalizando a questão da inclusão. Com isso, o Poder Judiciário brasileiro vem exercendo um papel determinante nas estratégias desses grupos que buscam a sua inclusão na arena política. É nesse contexto de tensionamento que este estudo será apresentado. Partindo de um panorama em que grupos tidos como minoritários buscam uma maior presença nas esferas de tomada de decisões via mobilização social ou Poder Judiciário, diante de uma classe política partidária que aparenta permanecer pouco sensível a tais demandas, este texto abordará os progressos referentes a cada um desses grupos em suas conquistas para mais reconhecimento político, centrando-se nas últimas eleições realizadas no Brasil (eleições municipais de 2020) que, mesmo tendo sido realizadas em meio a uma pandemia histórica, não deixou de mostrar os avanços e os pontos que ainda devem ser trabalhados. Este estudo tem perfil jurídico-analítico e é feito com base no relatório parcial da Missão de Observação Eleitoral Nacional 2020 realizado pela organização Transparência Eleitoral Brasil, assim como dados oficiais sobre a presença destes grupos na política brasileira e estudos analíticos que abordam tais progressos. Ao final, são feitas algumas recomendações de como tornar, de fato, o ambiente político brasileiro mais ilustrativo da complexidade da população.”

Representação política e filiação partidária no sistema interamericano de direitos humanos: o caso dos povos indígenas



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

MAIA, Luciano Mariz; BORGES, Maria Creusa de Araújo; COSTA FILHO, Antonio Eudes Nunes da | 2020

Resumo

“Problematiza a filiação partidária como condição para o cidadão participar da democracia representativa. Alguns Estados submetidos à CADH, estabelecem, em suas normas, a obrigatoriedade da filiação partidária para candidaturas políticas, o que exclui os povos indígenas, violando o princípio da autodeterminação.”



Inexigibilidade de quitação militar para o alistamento eleitoral do indígena



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

COSTA NETO, Walter Figueirêdo | 2020

Resumo

“Busca demonstrar, à luz do ordenamento jurídico que regulamenta o tema, que a exigência de comprovação de quitação com as obrigações militares como requisito para o alistamento eleitoral não é aplicável ao eleitor indígena.”



A participação de candidatos indígenas na política local: uma análise socioespacial das candidaturas no território brasileiro



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva | SANTOS, Natália Seabra dos | FIALHO, Leandro Magno | 2019

Resumo

“Apresenta como proposta de discussão avaliar a participação de candidatos indígenas na eleição municipal de 2016, a partir de uma análise demográfica e socioespacial da distribuição das candidaturas no território brasileiro. Pretende-se avaliar a participação dos candidatos indígenas de forma a perceber a relação da eleição desta população com variáveis demográficas e socioeconômicas que diferenciam as municipalidades. A escolha da eleição de 2016 como objeto de investigação deve-se ao fato de que foi somente a partir da eleição de 2014, que o Tribunal Superior Eleitoral começou a adotar a autodeclaração racial como elemento obrigatório para o registro das candidaturas o que passou a facilitar a produção de pesquisas sobre a real dimensão da sub-representação destes grupos na esfera eleitoral. A base de dados foi coletada no site do Tribunal Superior Eleitoral, onde se incluem os dados sobre: Candidatos indígenas eleitos e não eleitos, cargos de vereador, prefeitos e vice prefeitos, municípios, votação dos candidatos indígenas, além de dados demográficos e socioeconômicos (IDH municipal, tamanho da população indígena presente no município, taxa de escolaridade da população adulta, tamanho do município, etc.) coletados no site do IBGE. Para correlacionar os dados das candidaturas indígenas com dados demográficos e socioeconômicos foi utilizado o modelo de correlação de Pearson que permite verificar a associação entre duas variáveis de grandeza distinta presente em dada unidade geográfica particular”.

Participação política dos povos indígenas e a perpetuação da invisibilidade no cenário político



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

ANDRADE, Bruna Ferreira de; CARVALHO, Volgane Oliveira | 2019

Resumo

“Analisa de que forma as políticas públicas vigentes são capazes de introduzir a população indígena no ambiente político. Constata-se a invisibilidade indígena no âmbito político deve-se a uma longa história de tutela estatal. Considerando o perfil do índio brasileiro da atualidade e suas demandas, bem como os entraves ao exercício da cidadania, é possível observar que o direito de sufrágio indígena é tratado com displicência pela legislação e jurisprudência brasileiras. O percentual de candidaturas indígenas aptas nas eleições de 2014 a 2018, demonstra a carência da representatividade indígena e, por conseguinte, a necessidade de alternativas que enalteçam a cultura e participação indígena como forma de fortalecer a democracia brasileira. Assim, o índio vive uma condição de sub-cidadania, dadas as dificuldades decorrentes do exercício do direito do sufrágio ativo e passivo e do fato de serem representados por lideranças descompromissadas com seus interesses na frente parlamentar e nos fóruns consultivos. O estudo trata-se de um levantamento bibliográfico, no qual foi adotado o método hipotético dedutivo partindo da análise documental e jurisprudencial contida nas bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)”.





Ainda invisíveis? Eleições 2018 e a questão indígena no Twitter



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

A falta de representatividade indígena nos parlamentos brasileiros: a democracia representativa vigente deve ser (re)inventada?



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes | FERREIRA, Maria Alice Silveira | 2018

Resumo

“As eleições presidenciais de 2018 tiveram a participação de Sonia Guajajara, indígena do povo Guajajara, candidata à Vice-Presidência da República pelo PSOL. Trata-se de algo inédito para a democracia brasileira, pois historicamente os povos indígenas têm estado à margem dos espaços de representação política. As razões para esta invisibilidade estão relacionadas à manutenção de traços coloniais que sustentam o preconceito racial e étnico e dificultam o reconhecimento das populações indígenas. O presente artigo busca analisar no Twitter quais são os principais atores políticos que compuseram a rede que defendeu a causa indígena no período de pré-campanha eleitoral. Os achados demonstram que os principais defensores da causa indígena que formaram a rede pesquisada eram oriundos de organizações não governamentais formadas por não indígenas”.

DORNELLES, Ederson Nadir Pires; VERONESE, Osmar | 2018

Resumo

“Discute o sistema democrático vigente no Brasil e a falta de representatividade de grupos minoritários nas Casas Legislativas pátrias, especialmente dos grupos indígenas. Devido à sistemática corrente, os indígenas acabam não adentrando no processo eleitoral representativo em nenhuma das esferas da federação. Para discutir o problema, a pesquisa tece pontos básicos do modelo representativo de democracia, denuncia uma pressentida crise do referido modelo, anunciada por muitos teóricos, destaca a importância do reconhecimento das minorias identitárias dentro do processo democrático, retrata o tratamento jurídico conferido ao indígena ao longo da história do Brasil para, por fim, empenhar-se ao problema da falta de representatividade indígena nos parlamentos brasileiros. A partir da pesquisa, pode-se inferir que a democracia brasileira precisa ser, no mínimo, aprimorada, ou, até mesmo, (re)inventada, haja vista a necessidade de instituição de medidas para a perfectibilização de uma efetiva participação dos povos indígenas na democracia”.

A inflexão zapatista: o Congresso Nacional Indígena e a candidatura presidencial em 2018



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro; BENZAQUEN, Guilherme Figueredo | 2018

Resumo

“Discute o anúncio de apoio do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) à proposta de candidatura para as eleições presidenciais mexicanas de 2018 do Congresso Nacional Indígena. A partir da análise de 31 comunicados do EZLN, iniciando com o anúncio da candidatura e subsequentes documentos do CNI, são discutidas questões centrais para a análise desse movimento social, ativo desde 1994, como a relação do movimento com o Estado e a escolha da candidatura de uma mulher indígena. Ademais, são abordadas as interpretações mais usuais sobre o projeto zapatista e suas construções políticas”.





História dos índios da Bahia no período imperial: impactos e experiência histórica

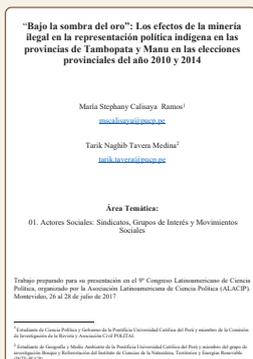


Accesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

REGO, André de Almeida | 2017

Resumo

“Faz uma análise sobre as implicações das transformações trazidas pelo Período Imperial (1822-1889) nos grupos de índios habitantes da província da Bahia. Nas observações, toma-se como parâmetro a diferença entre dois tipos de índios. O primeiro a ser considerado é o chamado gentio, categoria que se refere aos grupos indígenas com pouco ou quase nenhum contato com a sociedade nacional. No caso da Bahia, essas populações se concentraram na região meridional, englobando a faixa que compreende o curso dos rios Pardo, Jequitinhonha e Mucuri. A segunda classe de indígenas diz respeito àqueles que habitavam as chamadas comunidades ou povoados indígenas, núcleos com um histórico de contato e inserção com a sociedade não indígena que remontava décadas ou séculos.”



“Bajo la sombra del oro”: los efectos de la minería ilegal en la representación política indígena en las provincias de Tambopata y Manu en las elecciones provinciales del año 2010 y 2014



Accesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

RAMOS, María Stephany Calisaya | 2017

Resumo

“Cambios en la fortaleza social e institucional en América Latina han tomado lugar en el marco del boom de commodities. El incremento del precio del oro y la representación política indígena como uno de los fenómenos más novedosos del proceso de democratización se hicieron relevantes en la emergencia de movimientos sub-nacionales. Así, durante los años 2010 y 2016, el departamento de Madre de Dios fue uno de los principales productores de oro como consecuencia negativa de la minería ilegal. En la presente investigación se busca evidenciar los efectos de esta actividad en la representación política indígena de las provincias de Tambopata y Manu a partir del estudio de las Elecciones Regionales y Municipales de los años 2010 y 2014 a nivel provincial y regional. En ese sentido, se sostiene que la representación política ha sido influenciada por la expansión por la minería aurífera ilegal. De este modo, el presente estudio plantea medir la influencia de esta actividad en la representación política a partir de; en primer lugar, el aumento de la deforestación y el número de operaciones de interdicciones policiales-militares. Y de otro, en relación a la representación política indígena, la cantidad de candidatos nativos inscritos de comunidades nativas afectadas por la actividad, el número de candidatos con concesiones mineras y el total de candidatos electos. Así, entre las elecciones del 2010 y 2014, la cantidad de candidatos relacionados a la minería han aumentado a nivel regional. En esta línea, afirmamos que la representación política en la región se encuentra relacionada a la inducción de intereses ambivalentes. Es decir, tanto legales como ilegales. De este modo, en el desarrollo de los resultados, se analizó cuantitativamente la relación del incremento de candidatos nativos en las elecciones mencionadas y la deforestación generada por la minería ilegal. Esto último cuantificado mediante herramientas de geoprocésamiento (ArcGIS 10.1). Cualitativamente, se realizarán entrevistas a funcionarios del GOREMAD, representantes y líderes relacionados a las comunidades nativas con el propósito de comprobar mediante el recojo de percepciones la influencia de los impactos socio ambientales de la minería ilegal en la representación indígena.”





Yasuna yamaramunha se anamaitá (vamos lutar, parentes): as candidaturas indígenas nas eleições de 2014



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

LOBATO, Tiemi; CODATO, Adriano Nervo; CASTRO, Andréa Oliveira | 2015

Resumo

“Em 2014 o TSE utilizou, pela primeira vez, o critério “cor/raça” para fazer o registro dos candidatos aos cargos de Deputado(a) Estadual, Deputado(a) Federal, Governador(a), Senador(a) e Presidente da República. Em um universo total de 21.838 candidaturas válidas (reunindo brancos, negros, pardos, amarelos e indígenas), houve o registro de 74 indígenas. O objetivo deste paper é explicar o sentido da sociografia característica desse grupo de candidatos, ressaltando seus atributos pessoais/sociais e políticos/partidários”.



As candidaturas indígenas nas eleições gerais de 2014



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

COSTA, Tiemi; CODATO, Adriano Nervo | 2014

Resumo

“Em 2014 o TSE utilizou, pela primeira vez, o critério ‘cor/raça’ para fazer o registro dos candidatos aos cargos de Deputado(a) Estadual, Deputado(a) Federal, Governador(a), Senador(a) e Presidente da República. Em um universo total de 21.787 candidaturas válidas (reunindo brancos, negros, pardos, amarelos e indígenas), houve o registro de 74 indígenas. Essa nota de pesquisa mapeia o perfil social e o perfil político dos candidatos indígenas nessas eleições”.

O financiamento de campanha dos vereadores indígenas brasileiros em foco: uma análise comparativa da composição das receitas dos parlamentares eleitos nas regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste nas eleições 2012



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

RIBEIRO, Paulo Sergio dos Santos; SOUZA, Carlos Augusto da Silva; GOMES, Izaquiel Mateus Macedo; ASSIS, Eneida Corrêa de | 2013

Resumo

“Visa compreender a dinâmica de financiamento das campanhas eleitorais dos vereadores indígenas eleitos no pleito 2012, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, a partir de uma análise comparativa, considerando as seguintes variáveis: fontes dos recursos, faixa de valores e bloco ideológico. O Tribunal Superior Eleitoral forneceu a base de dados. Para atingir tal objetivo, algumas etapas foram transpostas: conduziu-se revisão da literatura, relativa ao financiamento de campanhas eleitorais. Realizou-se pesquisa documental, com levantamento de dados secundários, análise quanti-qualitativa dos dados da prestação de contas dos referidos parlamentares. Foram utilizados a estatística descritiva, testes de correlações e posteriormente estabeleceu-se debate dos mesmos com a literatura que trata da referida questão”.



Os caminhos dos sertões são mais árduos para uma mulher: notas sobre a excursão de Leolinda de Figueiredo Dalto aos sertões (1896-1897)



Accese a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

ROCHA, Elaine Pereira | 2013

Resumo

“Este artigo é baseado na tese de doutorado: “Entre a Pena e a Espada: A trajetória de Leolinda Dalto: 1859-1935”, sobre a vida da professora primária que inspirada nos ideais do positivismo reivindicou para si a missão de civilizar os índios brasileiros. Em suas memórias sobre a sua aventura pelos sertões de Goiás a professora apresenta suas experiências como mulher, professora e mãe de família, além de suas disputas com os missionários religiosos e com a opinião pública dividida entre o apoio e a condenação de tamanha ousadia.”



Casos especiais de candidatura: indígena integrado



Accese a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

JORGE, Nélia Caminha | 2009

Resumo

“Trata sobre a candidatura a um cargo político do indígena integrado, objetivando esclarecer a sua situação perante a legislação brasileira, indicando os requisitos que deve preencher para sua concretização, utilizando-se, para tanto, de jurisprudência, da legislação vigente e de artigos.”



A capacidade política do índio no Brasil



Accese a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

LOPES, Elias Mesquita | 2007

Resumo

“Traz uma leitura panorâmica sobre a atual situação da capacidade política do índio no sistema jurídico brasileiro, tendo em vista a manifesta eclosão de sua participação no meio político nacional, não apenas como eleitores, mas também concorrendo e ocupando cargos públicos eletivos, participando de congressos de âmbito nacional e internacional, realizando manifestações públicas para reivindicação de direitos etc., e considerando que nem as leis, nem a Constituição Federal têm uma disciplina clara para definir a capacidade política do indígena, sendo necessário buscar suprir essa lacuna a partir das interpretações que se faz das normas constitucionais e infraconstitucionais correlatas.”

Democracia pluriétnica, municípios e parlamentos: presença e construção da participação indígena nos espaços políticos eletivos brasileiros



Accese a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

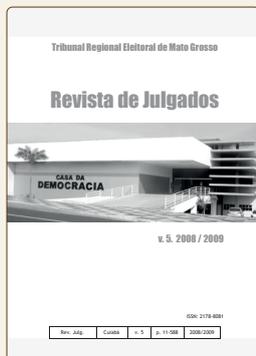
ÁVILA, Thiago Antônio Machado de | 2003

Resumo

“Aborda a inserção dos povos indígenas na política oficial brasileira, tanto nas esferas local quanto federal. A participação indígena na política oficial brasileira está, geralmente, nas instâncias municipais. O objetivo principal desse artigo é analisar o universo envolvendo disputa de poderes e participação política, ressaltando as especificidades do caso brasileiro.”



O alistamento eleitoral, a língua portuguesa, os direitos políticos dos povos indígenas e a soberania nacional: a (in)exibibilidade de aplicação de dispositivos do Código Eleitoral



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

MAGALHÃES, Kelsen de França | 2010

Resumo

“Analisa quanto à aplicabilidade ou não do disposto no art. 5º, inciso II do Código Eleitoral e suas implicações. O estudo aborda os desdobramentos do tema e sua relação com outros dispositivos legais, relacionando os aspectos jurídicos, políticos, sociais e antropológicos decorrentes da interpretação da norma no que diz respeito ao Estado brasileiro, identificando a importância do conceito de língua nacional ou idioma oficial presentes na Constituição Federal, no Código Eleitoral e na doutrina pátria. Além disso, o estudo identifica situações peculiares de brasileiros indígenas e não indígenas que estariam sujeitos ou não à exigência contida no supracitado dispositivo legal em concurso com outras normas, tal qual o estatuto do índio, que visto sob a ótica do TSE em seus julgados e Resoluções procura adequar o tratamento dispensado aos indígenas, no âmbito do exercício dos direitos políticos, ao disposto no Estatuto do Índio. Ao final, o texto adentra na polêmica questão da presunção de constitucionalidade e recepção de normas infraconstitucionais e sua eficácia, especialmente com relação aos incisos II e III do Código Eleitoral”.



